

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

Princípio da personalidade da pena e execução penal

Jamil Chaim Alves 15

Colisão de direitos fundamentais: sopesamento e ponderação pelo espectro da dignidade da pessoa humana

Guilherme Fraiha Granjo

Yun Ki Lee 33

Constelação Familiar e Direito: o novo caminho rumo à paz social

Marcos Antonio Ferreira de Castro 47

O Acordo Brasil – Santa Sé

Edson Luiz Sampel 59

O ciclo PDCA aplicado às rotinas administrativas e processuais do Poder Judiciário

Murilo Alves de Carvalho 71

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

Exercício regular do poder de polícia. Ausência de abuso ou excesso na atuação do poder público. Erradicação do cancro cítrico. Indenização indevida.

AC 0000894-97.2009.4.03.6124

Desembargador Federal Nilton dos Santos..... 89

Transporte rodoviário de passageiros. Necessidade de autorização da ANTT. Retenção de veículo. Liberação condicionada ao pagamento das despesas de transbordo. Impossibilidade.

AC 0000542-71.2011.4.03.6124

Desembargador Federal Fábio Prieto 96

Responsabilidade civil do Estado. Queda em aeroporto. Ato omissivo. Negligência. Dano material. Dano moral. Dano estético. Cumulação. Ocorrência. Redução do “quantum” indenizatório a título de dano material.

AC 0003357-70.2012.4.03.6103

Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 100

Indisponibilidade decretada em Ação Civil Pública. Liberação de imóvel. Pedido de terceiro. Sentença. Cabimento de apelação. Venda posterior ao bloqueio judicial. Disposição ineficaz. Extensão aos negócios subsequentes. Registro da constrição e má-fé do adquirente. Irrelevância

AC 0002654-81.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 107

Ensino superior. Abono de faltas e realização de provas durante período de guarda religiosa no Estado de São Paulo. Aplicação da Lei Estadual nº 12.142/2005.

Ag AMS 0006257-86.2013.4.03.6104

Desembargador Federal Nery Júnior.....112

Ação Civil Pública. Improbidade administrativa. Inocorrência de supressão de instância e ofensa à ampla defesa. Ausência de devolutividade quanto aos temas da incompetência da Justiça Federal, foro por prerrogativa de função. Artigo 7º da Lei nº 8.429/1992. Presença dos pressupostos para concessão da medida. Responsabilidade solidária das agravadas considerada para fins do decreto de indisponibilidade. Necessidade de delimitação do “quantum”.

AI 0021505-71.2013.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete115

Curso de técnico em radiologia realizado concomitantemente com o Ensino Médio. Inscrição no Conselho Profissional. Possibilidade.

REOMS 0005974-07.2015.4.03.6100

Desembargadora Federal Mônica Nobre131

DIREITO AMBIENTAL

Apelação em Ação Civil Pública ambiental. Intervenção em APP na APA das ilhas e várzeas do Rio Paraná. Obrigação “propter rem”. Rancho de pesca derivado de loteamento clandestino. Inserção em área urbana consolidada não comprovada. Necessidade de demolição das edificações para regeneração da vegetação natural, comprovadamente recuperável. Indenização afastada.

AC 0002508-37.2013.4.03.6112

Desembargador Federal Johonsom Di Salvo.....137

DIREITO CIVIL

Ação monitória. Contrato bancário. Revisão geral do contrato. Força obrigatória dos contratos. Responsabilidade do sócio avalista após sua saída da sociedade. Majoração das verbas sucumbenciais.

AC 0010267-98.2007.4.03.6100

Desembargador Federal Wilson Zauhy151

Direito autoral. Excertos de audiovisual publicados sem indicação de autoria e com fins de proveito econômico. Danos materiais e morais caracterizados. “Quantum” indenizatório. Razoabilidade e proporcionalidade na sua fixação. Ausência de responsabilidade civil da União.

AC 0020728-61.2009.4.03.6100

Desembargador Federal Paulo Fontes 154

Execução de título extrajudicial. Anuidade devida à OAB. Programa de recuperação de créditos. Parcelamento. Novação não configurada. Extinção indevida.

AC 0010258-43.2010.4.03.6000

Desembargador Federal Carlos Muta 165

DIREITO PENAL

Falsidade ideológica. Declaração de bagagem acompanhada. Dosimetria. Pena-base. Confissão espontânea. Reincidência. Compensação. Regime inicial. Substituição por restritivas de direitos.

ACr 0002132-11.2005.4.03.6119

Desembargador Federal Maurício Kato..... 171

Uso de atestados falsos com o intuito de justificar ausências ao trabalho. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Dosimetria. Continuidade delitiva. Acréscimo. Número de infrações.

ACr 0009972-02.2013.4.03.6181

Desembargador Federal José Lunardelli.....177

Crime contra a ordem tributária. Declaração retificadora. Ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Súmula vinculante nº 24. Ausência de justa causa.

RSE 0001476-17.2015.4.03.6115

Desembargador Federal Nino Toldo 183

Posse ou porte ilegal de arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito (Lei nº 10.826/2003, art. 16). Crime de perigo abstrato. Materialidade. Autoria. Comprovação. Crime único. Nulidade. Ausência de prejuízo. “Emendatio libelli”. Segundo grau. Admissibilidade.

ACr 0008042-34.2015.4.03.6130

Desembargador Federal André Nekatschalow 187

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Revisão da RMI. Salários de contribuição. Empregado doméstico. Recolhimento das contribuições a cargo do empregador. Prescrição quinquenal. Juros e correção monetária. Honorários de advogado.

ApelReex 0007976-38.2006.4.03.6108

Desembargador Federal Paulo Domingues205

Aposentadoria por invalidez. Mal de Alzheimer. Carência e incapacidade total e permanente questões incontroversas. Qualidade de segurado. Recolhimento de mais de 120 contribuições. Período de graça. Prorrogação. Agravamento da doença. Preexistência afastada. Requisitos preenchidos.

AC 0001248-11.2012.4.03.6127

Desembargador Federal Carlos Delgado 210

Desaposentação. Impossibilidade. Julgamento, pelo e. Supremo Tribunal Federal, de Recurso Extraordinário (com repercussão geral da questão constitucional) afastando a possibilidade de renúncia a benefício previdenciário.

AC 0026398-18.2012.4.03.9999

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 221

Aposentadoria por tempo de contribuição. Contratos de trabalho registrados em CTPS e não lançados no CNIS. Atividade especial. Dentista.

ApelReex 0004254-92.2013.4.03.6126

Desembargador Federal Baptista Pereira 224

Auxílio-reclusão. Agravo. Artigo 1.021 do CPC/2015. Prisão ocorrida no assim denominado “período de graça”. Critério a ser utilizado para aferição da renda. Ausência de remuneração.

Ag AC 0005429-35.2014.4.03.6111

Desembargadora Federal Marisa Santos 234

Salário-maternidade. Mandado de segurança. Contrato por tempo determinado. Prestadora de serviços. Art. 97 do Decreto nº 6.122/2007.

AMS 0000416-48.2015.4.03.6005

Desembargadora Federal Lucia Ursaia 239

Auxílio-doença e aposentadoria. Cumulação. Impossibilidade. Desconto dos valores referentes ao período em que houve recolhimento previdenciário. Título executivo que não prevê a compensação. Violação da coisa julgada.

AC 0001314-12.2015.4.03.6183

Desembargadora Federal Tânia Marangoni 244

Mandado de Segurança. Reconhecimento de atividade especial. Desempenho da atividade de médico, exposto a agentes agressivos biológicos. Possibilidade.

AMS 0003280-44.2016.4.03.6128

Desembargador Federal Gilberto Jordan 251

Aposentadoria por idade de trabalhador rural. Segurado especial. Prova testemunhal inconsistente e contraditória. Utilização partilhada do imóvel rural de propriedade do autor por meeiros fixos. Regime de economia familiar descaracterizado. Benefício indeferido.

AC 0036164-56.2016.4.03.9999

Desembargadora Federal Ana Pezarini 257

Aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença rural. Benefício não contributivo. Artigo 143 da Lei nº 8.213/1991. Norma transitória. Segurado especial. Artigo 39 da referida lei. Laudo pericial. Incapacidade parcial e permanente. Início de prova material presente. Prova oral precária. Não comprovação do labor rural. Requisitos não preenchidos. Benefício indevido. Sentença “extra petita” anulada. Causa em condições de imediato julgamento. Artigo 1.013, § 3º, II, do CPC/2015.

AC 0041490-94.2016.4.03.9999

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias 267

Aposentadoria por idade híbrida. Art. 48, “caput” e § 3º, da Lei nº 8.213/1991. Atividade rural e urbana comprovadas. Início de prova material corroborada por prova testemunhal. Concomitante exercício de atividade urbana ou rural com o implemento do requisito etário. Inexigibilidade. Requisitos preenchidos. Benefício devido.

ApelReex 0003037-93.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 275

Pensão por morte. Dependente. Filho universitário. Recurso Especial Representativo de Controvérsia (art. 543-C do CPC/1973). Impossibilidade de prorrogação após o filho dependente completar 21 anos de idade.

AC 0004442-67.2017.4.03.9999

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 285

Assistência social. Benefício de prestação continuada. Deficiente. Reexame necessário incabível. Requisitos legais satisfeitos. Benefício concedido.

ApelReex 0005472-40.2017.4.03.9999

Desembargador Federal David Dantas 288

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Agravo Interno em Ação Civil Pública. Legitimidade ativa. Ministério Público Federal. Interesses individuais homogêneos disponíveis de relevância social. Direito à educação. FIES. Inaplicabilidade do CDC. Capitalização. Tabela Price. Multa moratória e pena convencional. Cabimento. Danos morais coletivos. Inocorrência. Recálculo das dívidas. Prévia publicidade da sentença para habilitação dos interessados.

Ag AC 0014336-07.2006.4.03.6102

Desembargador Federal Hélio Nogueira 299

Aposentadoria por tempo de serviço. Carência de ação. Prévio requerimento administrativo. Regras de transição estabelecidas no RE nº 631.240. Novo requerimento administrativo efetuado, posterior à propositura da ação.

AC 0034160-27.2008.4.03.9999

Desembargador Federal Toru Yamamoto 327

Recurso Especial. Admissibilidade. Não localizado precedente sobre o tema do acórdão recorrido na base de jurisprudência do STJ. Discussão sobre a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas de quebra de caixa, auxílio-natalidade, adicionais de horas extras, noturno, periculosidade, insalubridade e tempo de serviço, salário-maternidade, férias gozadas e décimo terceiro.

REsp AMS 0009532-55.2013.4.03.6100

Desembargador Federal Mairan Maia 331

Embargos Infringentes em Agravo de Instrumento. Execução Fiscal. Exceção de pré-executividade. Ilegitimidade “ad causam”, matéria de ordem pública, insuscetível de preclusão “pro judicato”. Redirecionamento da Execução Fiscal. Dissolução irregular da empresa executada. Prescrição do crédito tributário. Despacho citatório, proferido na vigência da Lei Complementar nº 118/2005. Aplicável a novel legislação. Prescritos todos os débitos tributários.

EI 0018547-15.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Marcelo Saraiva 334

Questão de ordem. Erro material. Artigo 494, I, do NCPC. Julgamento equivocado. Princípio da vinculação temática não observado.

AC 0034710-46.2013.4.03.9999

Desembargador Federal Luiz Stefanini 354

Assistência judiciária gratuita. Declaração de pobreza. Presunção relativa. Aferição da capacidade econômica do requerente com base nos elementos existentes nos autos. Possibilidade. Indeferimento da gratuidade.

AgRg AI 0025417-08.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Newton De Lucca 356

Conflito Negativo de Competência. Câmara de Arbitragem, Mediação e Conciliação Brasileira. Pleito de reconhecimento e cumprimento das sentenças prolatadas por seus árbitros com a consequente liberação do FGTS e seguro-desemprego.

CC 0005211-36.2016.4.03.0000

Desembargadora Federal Therezinha Cazerta 361

Execução Fiscal em Agravo de Instrumento. Produção de prova. Perícia contábil. Desnecessidade.

AI 0006443-83.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Cotrim Guimarães 367

Descumprimento da ordem judicial. Fornecimento de medicamento. Aplicação de multa contra a Fazenda Pública (“astreintes”). Possibilidade.

AI 0019607-18.2016.4.03.0000

Desembargadora Federal Diva Malerbi 370

Execução Fiscal. Instituto da desconsideração da personalidade jurídica da empresa. Reconhecimento de ofício. Impossibilidade. Artigo 133 do CPC/2015.

AI 0020877-77.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Valdeci dos Santos.....376

Agravo de instrumento. Execução Fiscal. Recuperação judicial. Penhora.

AI 0021184-31.2016.4.03.0000

Desembargador Federal Souza Ribeiro 380

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Conflito de Competência. Suposto crime contra o sistema financeiro nacional. Duplicatas mercantis ideologicamente falsas. Contrato de limite de crédito para as operações de desconto na CEF.

CJ 0009263-80.2013.4.03.0000

Desembargador Federal Peixoto Junior387

Exceção de suspeição. Intempestividade. Prazo regimental. Petição apresentada no dia da sessão de julgamento, mediante protocolo integrado. Fato que só chegou ao conhecimento depois de encerrada a sessão. Descumprimento do artigo 282 do RITRF3.

AgRg Suspei 0021621-72.2016.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecília Marcondes397

“Habeas Corpus”. Contrabando. Vendedor ambulante. Prisão preventiva. Desproporcionalidade da medida. Medidas cautelares diversas da prisão. Ordem concedida.

HC 0001396-94.2017.4.03.0000

Desembargadora Federal Cecília Mello403

DIREITO TRIBUTÁRIO

PIS. COFINS. Seguradora. Receitas financeiras. Lei nº 12.973/2014. Artigo 52. Incidência.

AMS 0026641-14.2015.4.03.6100

Desembargadora Federal Marli Ferreira409

SENTENÇAS

Execução Fiscal. Cobrança de COFINS. Penhora de bens negativa. Dissolução irregular. Grupo econômico. Confusão patrimonial. Abuso da personalidade jurídica. Instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

0016437-63.2009.4.03.6182

Juiz Federal Renato Lopes Becho 421

Revisão de cláusulas de contrato de financiamento habitacional. Condomínio horizontal de casas padronizadas em construção. Atraso na entrega do imóvel. Vícios de construção. Dano moral.

0008807-40.2012.4.03.6120

Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert438

Ação Ordinária. Ação coletiva. Declaração de ajuste anual de imposto de renda. Obrigação de aceitar as deduções integrais de despesas com instrução própria e/ou de dependentes dos associados da APESP.

0021916-79.2015.4.03.6100

Juiz Federal Heraldo Garcia Vitta458

Ação de cobrança. Ressarcimento ao erário. Pagamento indevido de benefício previdenciário. Ocultação de estado civil.

0000805-09.2016.4.03.6131

Juiz Federal Mauro Salles Ferreira Leite 474

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região483

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região487